

**OS LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
APLICADAS: A Transversalidade na Nova BNCC  
TEXTBOOKS FOR THE TEACHING OF APPLIED HUMAN AND SOCIAL  
SCIENCES: Transversality in the New BNCC**

Ângela Maria da Silva<sup>1</sup> e Flávia Paulina Rodrigues de Mazzi<sup>2</sup>

Recebido em 27/06/2022; revisado em; 01/07/2022, aceito em 01/12/2022

---

**Resumo:** As mudanças oriundas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, afetam o ensino das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, no que se refere ao modelo de oferta transversal de suas disciplinas na etapa final da Educação Básica, o Ensino Médio, levantando questionamentos dos professores da área quanto à capacidade deste modelo em atender as demandas que se propõe. Esse artigo tem por objetivo analisar o atendimento dos livros didáticos utilizados para o ensino das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio, quanto ao disposto na BNCC acerca das competências esperadas nos eixos temáticos, especificamente os componentes curriculares de Filosofia e Sociologia, de forma transversal. A metodologia utilizada foi documental, com a aplicação de técnicas de coleta de dados mediante a busca em bases oficiais e sites governamentais, a BNCC, o Referencial Curricular de Mato Grosso do Sul e dos livros didáticos: Multiverso Ciências Humanas (editora FTD); Prisma Ciências Humanas (editora FTD); Contexto e Ação (editora Scipione); Diálogos em Ciências Humanas (editora Ática); Humanitas (editora Saraiva). Conclui-se com esse estudo que as mudanças oriundas da reforma educacional advinda da BNCC para o ensino das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas causam impactos no desenvolvimento do processo educacional dos alunos, visto que o material analisado não atende ao que se propõe quanto à sua função de apoio pedagógico, sendo observado que as imposições oriundas desta mudança divergem em suas recomendações.

**Palavras-chave:** BNCC; ciências humanas e sociais; livros didáticos.

**Abstract** -The changes arising from the 2017 National Common Curricular Base (BNCC) affect the teaching of Applied Human and Social Sciences, with regard to the transversal offer model of its subjects in the final stage of Basic Education, High School, raising questions from the teachers in the area as to the capacity of this model to meet the demands that it proposes. This article aims to analyze the service of textbooks used for the teaching of Applied Human and Social Sciences in High School, regarding the provisions of the BNCC about the expected competences in the thematic axes, specifically the curricular components of Philosophy and Sociology, in a transversal way. . The methodology used was documentary, with the application of data collection techniques through the search in official databases and government websites, the BNCC, the Curriculum Reference of Mato Grosso do Sul and textbooks: Multiverso Ciências Humanas (FTD publisher); Prisma

---

<sup>1</sup>Licenciada em Filosofia - UNIOESTE; Especialista no Ensino de Filosofia e Artes – FAVENI; Discente Especialização em Ensino de Sociologia UFMS; [angela.silva.filosofia@gmail.com](mailto:angela.silva.filosofia@gmail.com); <sup>2</sup>Licenciada em Filosofia - UFMS; Especialista em Psicopedagogia - UCDB; Licenciada em Artes - UNIASSSELVI; Discente Especialização em Ensino de Sociologia UFMS; [paulinamazzi25@gmail.com](mailto:paulinamazzi25@gmail.com).

Sciences Humanities (FTD publisher); Context and Action (Scipione publisher); Dialogues in Human Sciences (Atica publishing house); Humanitas (Saraiva publishing house). It is concluded with this study that the changes arising from the educational reform arising from the BNCC for the teaching of Applied Human and Social Sciences have an impact on the development of the students' educational process, since the material analyzed does not meet what is proposed in terms of its function. of pedagogical support, being observed that the impositions arising from this change differ in their recommendations. Dialogues in Human Sciences (Atica publishing house); Humanitas (Saraiva publishing house). It is concluded with this study that the changes arising from the educational reform arising from the BNCC for the teaching of Applied Human and Social Sciences have an impact on the development of the students' educational process, since the material analyzed does not meet what is proposed in terms of its function. of pedagogical support, being observed that the impositions arising from this change differ in their recommendations. Dialogues in Human Sciences (Atica publishing house); Humanitas (Saraiva publishing house). It is concluded with this study that the changes arising from the educational reform arising from the BNCC for the teaching of Applied Human and Social Sciences have an impact on the development of the students' educational process, since the material analyzed does not meet what is proposed in terms of its function. of pedagogical support, being observed that the impositions arising from this change differ in their recommendations.

**Key words:** BNCC; human and social sciences; didactic books.

## 1 INTRODUÇÃO

A escola pública brasileira, nas últimas décadas, passou a atender um número cada vez maior de estudantes oriundos das classes populares, “No ano de 2021, registraram-se 46,7 milhões de matrículas nas 178,4 mil escolas de educação básica no Brasil [...]” (Censo Escolar da Educação Básica 2021, p. 16). Ao assumir essa função, que historicamente justifica a existência da escola pública, intensificou-se a necessidade de discussões contínuas sobre o papel do ensino básico no projeto de sociedade que se quer para o país (Rippel, Valderice Cecília Limberger, Ademir Batista, and Marcos Roberto Mesquita, 2012.). Assumir um currículo disciplinar significa dar ênfase à escola como lugar de socialização do conhecimento, pois essa função da instituição escolar é especialmente importante para os estudantes das classes menos favorecidas, que têm nela uma oportunidade, algumas vezes a única, de acesso ao mundo letrado, do conhecimento científico presente nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA).

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) vislumbra em sua descrição a educação integral dos sujeitos, ou seja, um comprometimento com o ser humano em desenvolver suas capacidades cognitivas, físicas e emocionais através do ensino e de suas diversas construções históricas, apresentando em sua introdução a ideia de que a mesma é um documento normativo, que define os saberes essenciais que os estudantes devem adquirir ao longo da

etapas e modalidades da Ed. Básica (BNCC, p. 7, 2017). A oferta dos componentes curriculares de Filosofia, Geografia, História e Sociologia, serão apresentadas transversalmente, a matriz curricular do Ensino Médio 30 horas que corresponde um aumento da carga horária que deixou de ser 25 horas semanais nesta etapa de ensino, vigente a partir de 2021 nas escolas piloto, passou a apresentar uma carga horária menor na formação geral básica e acrescentou itinerários formativos para o aprofundamento em área de conhecimento segundo a Resolução SED n.º 3.805 de 10 de dezembro de 2020, Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS).

Temos como objetivo geral apresentar neste artigo uma análise sobre as mudanças oriundas da Base Nacional Comum Curricular de 2017, quanto ao que tange os livros didáticos ofertados para contemplar os componentes curriculares de ensino das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, visto que o material é utilizado como apoio pedagógico nas aulas ofertadas na rede pública de ensino, tendo como proposta o desenvolvimento das atividades didáticas de forma transversal na etapa final da Educação Básica, o Ensino Médio. Anteriormente os componentes curriculares eram tratados de forma isolada, com livros didáticos específicos por disciplina, conteúdos separados de acordo com as normas vigentes do período. Os conteúdos disciplinares devem ser tratados, na escola, de modo contextualizado, estabelecendo-se, entre eles, relações interdisciplinares e colocando sob suspeita tanto a rigidez com que tradicionalmente se apresentam quanto o estatuto de verdade atemporal dado a eles. Desta perspectiva, propõe-se que tais conhecimentos contribuam para a crítica às contradições sociais, políticas e econômicas presentes nas estruturas da sociedade contemporânea e propiciem compreender a produção científica, a reflexão filosófica e social nos contextos em que elas se constituem.

Nesse sentido, a escola deve incentivar a prática pedagógica fundamentada em diferentes metodologias, valorizando concepções de ensino, de aprendizagem (internalização) e de avaliação que permitam aos professores e estudantes conscientizarem-se da necessidade de “[...] uma transformação emancipadora”. É desse modo que uma contraconsciência, estrategicamente concebida como alternativa necessária à internalização dominada colonialmente, poderia realizar sua grandiosa missão educativa” (MÈSZÁROS, 2017, p. 212). Sendo assim, precisamos pensar o protagonismo a partir de uma educação para a autonomia,

---

“O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão.” (FREIRE 2021, p. 29). Encontrar um meio entre as lacunas dos livros, dos currículos e práticas pedagógicas para emancipar nosso aluno é o nosso desejo mais latente.

Com isso, entende-se a escola como o espaço do confronto e diálogo entre os conhecimentos sistematizados e os conhecimentos do cotidiano popular. Essas são as fontes sócio-históricas do conhecimento em sua complexidade. Em breve retrospectiva histórica, é possível afirmar que, até o Renascimento, o que se entendia por conhecimento se aproximava muito da noção de pensamento filosófico, o qual buscava uma explicação racional para o mundo e para os fenômenos naturais e sociais. Diante do exposto, como seria possível que os livros didáticos deem conta dos objetos de conhecimento propostos na nova BNCC e também no Currículo de MS, se as coleções apresentadas estão defasadas? A Transversalidade apresentada aqui pode ser considerada ambígua, possuindo uma inexatidão em seu contexto, segundo o CNE:

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010, p. 24).

A reforma do ensino médio compreende uma série de alterações no escopo legal do país que ocorreu nos últimos quatro anos. Pode-se considerar, além da lei nº 13.415/2017, a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC/EM), as Diretrizes Curriculares Nacional para o Ensino Médio e a Educação Profissional (DCNEM), a emenda constitucional nº 95 (EC/95), a nova política para a avaliação do ensino médio e a proposta de Base Nacional Comum da Formação para o Professor da Educação Básica (BNC/Professor). Todas essas mudanças têm provocado uma série de dúvidas e apreensões na comunidade científica brasileira. Com isso, apresenta-se o objetivo de analisar o disposto na BNCC quanto aos livros didáticos utilizados para o ensino das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio, principalmente os componentes curriculares de Filosofia e Sociologia, uma vez que

---

historicamente ambas foram excluídas e incluídas nos currículos, portanto é relevante identificar se as atuais mudanças podem dissolvê-las ou não neste modelo de oferta transversal.

Em seu artigo Heuser 2021, diz que ao analisar a nova BNCC e o novo currículo para o ensino médio do estado do Paraná, podemos encontrar em itinerários formativos e na disciplina de Projeto de Vida parâmetros que indicam a necessidade das ciências humanas para lecionar tais disciplinas, neste contexto a autora sugere que de acordo com a necessidade de propiciar uma formação ética ao estudantes, bem como sobre o uso das novas tecnologias e a importância de se pensar a sustentabilidade é algo que, em conjunto só pode ser lecionado com propriedade pelos professores com formação na área de humanas. De acordo com a temática de alguns e itinerários e do Projeto de vida, podemos encaixar e aprofundar conhecimentos de cunho crítico próprio das humanidades. Neste sentido, em nossa análise dos livros didáticos, bem como no organizador curricular do estado do Mato Grosso do Sul, verificamos também como possibilidade de complementar a carga horária das disciplinas de Filosofia e, por conseguinte de Sociologia através destes itinerários formativos, como bem sugere Hauser,2021, p.16 “É próprio das Licenciaturas de Humanidades tratarem de problemas referentes às temáticas que constituem a razão de ser do “Projeto de vida”, assim como as metodologias que muitos de nós utilizamos e criamos para a formação de professores. [...] .

## **2 BNCC E CRMS**

A nova BNCC mobiliza o conhecimento através de 10 competências gerais socioemocionais, sendo elas o Conhecimento; Pensamento Crítico, Criativo e Científico; Repertório Cultural; Comunicação; Cultura Digital; Trabalho e Projeto de Vida; Argumentação; Autoconhecimento e Autocuidado; Empatia e Cooperação; Responsabilidade e Cidadania. Cada uma dessas competências está ligada diretamente com o desenvolvimento educacional dos sujeitos, alicerçando a sua base em um desenvolvimento integral propondo a aproximação das disciplinas científicas ao cotidiano do alunado, almejando as demandas complexas dos cotidianos sociais a ação de aprendizagem, porém com um aumento de carga horária de disciplinas contemporâneas e uma diminuição na grade de disciplinas da formação

geral básica como é o exemplo de História, Geografia, anteriormente ambas tinham duas aulas por semana em todos os anos do ensino médio, atualmente estão com a carga horária de uma hora aula por semana nos primeiros e segundos anos do ensino médio nas escolas de 30 horas.

Acrescentou a grade curricular os Itinerários Formativos com as disciplinas de aprofundamento em área do conhecimento que permitem aos alunos do ensino médio optarem a cada semestre quais núcleos irão cursar, essas disciplinas são desenvolvidas através de projetos interdisciplinares previamente enviados pelo estado para a culminância na unidade de ensino, as referidas disciplinas têm uma carga horária de duas horas aulas por semana. Segundo o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul:

A Lei n.º 13.415/2017 alterou a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 incorporou características ao ensino médio de todo o país. Por conseguinte, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução CNE/CEB n.º 03, de 21 de novembro de 2018, atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Nesse ínterim, a resolução CNE/CP n.º 04, de 17 de dezembro de 2018, homologou a Base Nacional Curricular Comum – etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), o que possibilitou ao Estado de Mato Grosso do Sul iniciar a elaboração deste documento. (Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, 2019).

As modificações para atender a nova base educacional do país causam impactos no processo de aquisição de conhecimento por todos os sujeitos que estão cursando o ensino médio, a organização das Ciências Humanas e Sociais por eixos temáticos divergem das necessidades de aprendizagem dos alunos, onde a sistematização dos conteúdos apresentados no documento nacional e estadual preza por habilidades que estão longe da realidade dos alunos de escolas públicas, os livros didáticos propõem a dissolução das disciplinas nesses eixos, onde o aluno não identifica as áreas específicas de conhecimento em um contexto que deveria prezar pelo contrário, a demonstração da aplicação de todas as áreas das Ciências Humanas e Sociais em um eixo temático. A dificuldade de aplicação das novas modificações pelos docentes, a resistência dos alunos que já estão acostumados com as disciplinas (principalmente os que estão finalizando esta etapa de ensino). A proposta apresentada na BNCC, para a área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas apresenta em seu texto a seguinte descrição:

A área de Ciências Humanas, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, define aprendizagens centradas no desenvolvimento das competências de identificação, análise, comparação e interpretação de ideias, pensamentos, fenômenos e processos históricos, geográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais. [...] (BRASIL, 2018b, p. 472).

---

Para que esta proposta seja desenvolvida é necessário oportunizar esse conhecimento e não dissolver os componentes curriculares em eixos temáticos aos quais as disciplinas não apresentam suas particularidades, na construção do conhecimento necessário para que os alunos aprimorem sua visão de mundo e ampliem, sistematizem e tornem se autônomos na produção dos saberes. No CRMS os eixos temáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tem como objetivo desenvolver competências específicas como, [...] Tempo e Espaço, Território e Fronteira, Indivíduo, Sociedade e Natureza, Política e Trabalho, Cultura e Ética e Indivíduo, Cultura, Política e Ética. (CRMS/Ensino Médio, 2019, p. 4).

Neste sentido iremos analisar as seguintes coleções: Multiverso Ciências Humanas (editora FTD); Prisma Ciências Humanas (editora FTD); Contexto e Ação (editora Scipione); Diálogos em Ciências Humanas (editora Ática); Humanitas (editora Saraiva). Os temas problematizados: Tempo e Espaço; Cultura e Ética e Indivíduo; Política e Trabalho. Os recortes escolhidos foram propostos para otimizar a pesquisa e delimitar o corpus teórico deste trabalho, condizente com o que se propõe o CRMS, em definição ao esperado ensino das áreas de Filosofia e Sociologia, “Em Filosofia, propõe-se compreender as teorias filosóficas dos pensadores clássicos e modernos com conceitos reflexivos e racionais da atualidade dos estudantes do Ensino Médio. [...]” (CRMS/Ensino Médio, 2019, p. 5).

A proeminência intelectual do sujeito aprendente proposta no CRMS/Ensino Médio, 2019, p.5, tem como finalidade a ser abordada, contempla a o conhecimento de teorias filosóficas de pensadores clássicos e modernos, entretanto nos livros didáticos não é possível identificar tais objetos de conhecimento visto que a transversalidade proposta no material não permite o vislumbre dos significados, dificultando assim o uso do material e o apoio esperado para cumprir com os fins aos quais os livros didáticos se propõem dentro do aspecto educacional científico.

O componente curricular de Sociologia apresentado acima tem como objetivo colaborar para com o indivíduo em sua construção de práticas sociais iniciando seu escopo pela própria experiência do sujeito, respeitando seu contexto de tempo e espaço, pensando nisso os livros didáticos analisados não correspondem com esta perspectiva, sendo que nenhuma das coleções apresentou todos os recortes e houve uma priorização de outros objetos

de conhecimento em superioridade ao ensino de Sociologia, prejudicando assim o desenvolvimento do que foi proposto no CRMS/Ensino Médio, 2019, p. 6 “[..]este Currículo de Referência propõe uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar, buscando trazer à tona o estudante como protagonista, propiciando o desenvolvimento do seu senso crítico e autocrítico. [...]” . O estudante como protagonista e sujeito crítico a ser desenvolvido em um ensino transversal e interdisciplinar precisa ter como base científica a possibilidade de identificação dos objetos de conhecimento a serem trabalhados, os livros didáticos tem a função de apoiar os professores na preparação das aulas e proporcionar um ganho de tempo precioso, visto que as disciplinas de CHSA possuem uma carga horária mínima nos anos finais do ensino. Para que possamos desenvolver sujeitos autônomos, independentes e críticos a ressignificação dos saberes científicos deve acontecer de forma gradual e não priorizando uma área do saber ou outra. As habilidades devem ser tão relevantes quanto os objetos de conhecimento não apresentando dúvidas quanto a isso.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi documental que tem por objetivo se atentar às obras produzidas sobre o tema que envolve a pesquisa e observar juntamente com a comunidade científica que publica sobre esse tema para verificar o entendimento e a compreensão do assunto. Não foi realizada a pesquisa de campo, nem mesmo experimental por opção. Diretamente o tema da pesquisa versa sobre os livros didáticos para o ensino das ciências humanas e sociais aplicadas: a transversalidade na nova BNCC, os impactos das mudanças e o Currículo de MS no ensino da base nas escolas públicas.

Os bancos de dados consultados, no período de março 2021 a dezembro de 2021, resultaram na filtragem das obras utilizadas para a realização da pesquisa e as literaturas impressas, sendo as principais: a) Base Nacional Curricular Comum: Fundamentos Pedagógicos e Estrutura Geral da BNCC: versão 3, 2017 ; b) Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, 2019; c) Passado, Presente e Futuro dos Livros Didáticos de História Frente a uma BNCC sem Futuro, Fabiana Rodrigues de Almeida e Sonia Regina Miranda, 2020; d) Educação uma Herança sem

Testamento: diálogos com o pensamento de Hannah Arendt, de José Sergio Fonseca de Carvalho, 2017; e) Políticas de Obliteração do Ensino de Filosofia: Uma Narrativa sobre Escombros Filosóficos, de Ester Maria Dreher; f) Filosofia da Educação Brasileira, de Dermeval Saviani, 1994; g) Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa, de Paulo Freire, 1996. Sendo o primeiro processo realizado através de uma leitura objetiva com o intermédio de localizadores de maneira a afunilar a seleção dos materiais até definir quais seriam as referências que utilizamos para dedicar maior atenção e uma leitura minuciosa.

#### **4 REFERENCIAL TEÓRICO**

Os acontecimentos que levaram o país ao impeachment de 2016 trouxeram consigo consequências para a democracia brasileira e para a educação enquanto bem público - direito humano básico de todos - e não poderiam promover efeitos mais danosos à escola pública e a seus professores, tal como ocorrido após essa lesiva ruptura institucional e sua agenda regressiva em termos de direitos. Parte importante da literatura especializada já tem percebido e demonstrado que a escola e a “educação tornaram-se um espaço altamente disputado, de condição pública e potencialmente emancipatória, importante para o nosso futuro, mas cujo próprio poder de decisão acerca desses valores é questionado” (ROBERTSON; VERGER, 2012, p. 299), especialmente por redes de atores individuais e coletivos, públicos e privados, nacionais e internacionais, com fortes interesses de mercado e, por isso, privatistas, na educação pública brasileira (MACEDO, 2018).

Nesse contexto e sob tal ótica, essas duas medidas paradigmáticas, a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/17) e a BNCC, são aqui analisadas. A BNCC da educação infantil e do ensino fundamental foi aprovada em dezembro de 2017. Já a BNCC do ensino médio foi interrompida em razão da Medida Provisória nº 746 (a que propôs o novo ensino médio), aprovada abruptamente em 8 de novembro de 2018, no Conselho Nacional de Educação. Portanto, o presente texto focaliza essas duas medidas cujos aspectos principais subsidiaram as análises acerca das rupturas mais significativas com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 e as políticas curriculares em curso no país desde a década de 1990, pela perspectiva de movimentos científicos e acadêmicos da área

---

educacional, com base na crítica às lógicas liberais e neoliberais e de mercado sobre a sociedade e a área educacional.

O que vemos atualmente é que a baixa capacidade de transformação das estruturas que o modelo de democracia liberal enseja o coloca em uma espiral de deslegitimação. Ou seja, sua proximidade e seu estacionamento ao largo da possibilidade de um regime de exceção - mesmo que sem rupturas políticas ou jurídicas abruptas - tornam-se cada vez mais factíveis, conforme suas estruturas não possam vir a ser transformadas internamente. Isso deslegitima o sistema como um todo, envolvendo os poderes Executivo, Legislativo e até mesmo o Judiciário, e coloca grande parte da cidadania mais interessada nessa reestruturação muitas das vezes mais próxima - ideologicamente e mesmo fazendo uso do processo eleitoral - do recuo dessa democracia a uma excepcionalidade fascista ou protofascista, tal qual o modo como se deu o afastamento de Dilma Rousseff em 2016 e que levou Michel Temer e uma agenda neoliberal, sintetizada no documento intitulado Uma ponte para o futuro (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2015), e ao poder do que próxima a noções de democracia e de cidadania mais aprofundadas e comprometidas com a promoção e a efetividade de direitos básicos. Esses direitos têm sido constantemente ameaçados pela estreita noção de uma suposta capacidade criadora e gestora dos pressupostos de mercado quando comparadas ao Estado, o que enseja reformas como as da área educacional, que ora analisamos, e que representam muito mais ameaças do que reconstruções e avanços no que tange à qualidade social da educação e sua garantia enquanto direito, bem como as ameaças que acenam para mecanismos com vistas à privatização da educação. Afinal, uma rede composta de diversos e poderosos atores dos setores público e privado, nacional e internacional, aproveitou para impor tal agenda regressiva, de base conservadora e neoliberal na sociedade brasileira, com reflexos na área educacional, destacando-se a reforma do ensino médio e a BNCC.

Para além das tentativas de reforma do ensino médio em 2013 e também, ao mesmo tempo, da recusa de tal reforma por diversos segmentos da área educacional, pode-se considerar que nas deliberações do Fórum Mundial de Educação ocorrido na Coreia do Sul em 2015 se encontram aspectos que orientaram a reforma do ensino médio - Lei nº 13.415/17 -, assim como o Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC), grupo privado criado em 2013 e atuante na elaboração de políticas educacionais. Esse fórum teve como objetivos

gerais promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos em todos os níveis e ainda oferecer percursos de aprendizagem flexíveis e também o reconhecimento, a validação e a certificação de conhecimento, das habilidades e das competências adquiridas por meio tanto da educação formal quanto da informal, tal como presente na referida reforma.

A reforma do ensino médio contempla elementos de ordem conceitual, metodológica, financeira, impactando diretamente na avaliação do ensino, principal indutor das mudanças em curso. Alguns elementos são dignos de menção. O primeiro a ser destacado diz respeito às unidades curriculares. Com as alterações, apenas o ensino de Português e Matemática serão obrigatórios. As demais disciplinas (Biologia, Física, Química, Sociologia, História, Geografia, Filosofia, Artes e Educação Física) serão diluídas em grandes áreas – Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Espanhol deixa de ser obrigatório e o Inglês torna-se a única referência obrigatória no ensino de outros idiomas. Com as modificações na legislação, será requerido do estudante que ele possua habilidades e competências para o exercício da cidadania e para desenvolvê-las no mundo do trabalho. Para Barbosa 2020, quando pensamos em especial no conteúdo filosófico que tem como pressuposto base a emancipação do sujeito, ou seja, o conhecimento de si e do mundo, não é possível no modelo atual da BNCC,

Contudo uma educação emancipadora, possibilita-se, apenas, por meio da formação de um indivíduo autônomo e consciente de seu papel no mundo. Para tanto, é preciso que o conhecimento seja construído de modo a fazer o sujeito conhecer a si mesmo e o meio em que habita. Nesse ínterim, a Filosofia faz-se um princípio indispensável ao ser humano. Entretanto, na atualidade, esse conhecimento específico vem sendo reduzido a um saber secundário, senão configurado como algo irrelevante. (BARBOSA, 2020, p. 02).

A solvência das humanidades em outras disciplinas é perigosa e tem como objetivo principal a total descaracterização da mesma, que tem como princípio o desenvolvimento da compreensão da sociedade como sendo política, ética, cultural, científica entre outras. Seguindo o objetivo de encontrar caminhos para que a área de humanas possa permanecer viva na educação de nosso país os autores Perrut e Araújo 2021, fazem um relato de experiência sobre a implementação da temática “Mundo do Trabalho”, onde eles apresentam a importância de falarmos sobre empreendedorismo individual na escola, “Outro elemento marcante da construção dessa categoria na BNCC é a inclusão da “compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo”. Esse aspecto

impacta diretamente sobre as modificações no mundo do trabalho, item um tanto quanto apropriado e teoricamente ativado pela disciplina Sociologia [...]” (PERRUT E ARAUJO, 2021, p.121).

Neste sentido, nos deparamos com esses temas nas coleções de livros que separamos para análise e na nova disciplina chamada Empreendedorismo, que tem como objetivo ampliar as possibilidades de emprego e renda aos nossos educandos. Perrut e Araújo 2021 propõe que este tema não seja restrito somente ao mundo do trabalho, mas de forma ampla, com a compreensão do modelo econômico e profissionais dos indivíduos, além da preocupação latente com a bioética, de modo a abarcar as questões sociais mais urgentes em especial no nosso país. Outra inovação é a constituição dos itinerários formativos. São cinco: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências Naturais e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação técnica e profissional. A rede estadual é obrigada a ofertar, obrigatoriamente, pelo menos um dos itinerários aos seus respectivos estudantes, cabendo-lhes, no usufruto de sua liberdade de escolha, definir aquele que melhor atende a suas expectativas. As redes estaduais também podem criar arranjos curriculares que contemplem dois ou mais itinerários formativos, são os denominados itinerários formativos integrados. A carga horária destinada ao itinerário formativo corresponde a 40% do total do tempo que o estudante passará na escola.

A legislação educacional em vigor caracteriza que, ao concluir o ensino médio, o estudante deve ser capaz de desenvolver as seguintes competências: 1) Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos diversos âmbitos em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles; 2) Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações; 3) Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais; 4) Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades; 5) Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e

violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos; 6) Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Como se vê, as competências para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas estabelecem um paradigma diferente do atual para o ensino da Filosofia. Atualmente, o ensino é baseado na História da Filosofia e/ou em temas filosóficos (Epistemologia, Estética, Metafísica, Lógica e Ética), conteúdos distribuídos nos três anos do ensino médio. A nova configuração, além de diluir o caráter peculiar da Filosofia na área denominada Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, contempla apenas duas áreas da Filosofia: Epistemologia e Ética e Filosofia Política, e mesmo assim de forma sumária.

Pensar a importância dos livros didáticos nos leva a evocar a qualidade dos livros atuais e seus autores, bem como perceber se estes são adequados para comportar o currículo base do qual nos debruçamos para ajudar no objetivo deste artigo. Neste sentido a ideia de que o livro deve ser capaz de garantir o conteúdo necessário para o bom trabalho do professor como dizem as autoras Miranda e Almeida, 2020 em seu artigo onde fazem uma análise histórica do uso do livro didático e seus avanços na política pública brasileira, trazem a luz a relevância do livro didático oferecido de modo gratuito nas escolas públicas, ressalta a perspectiva de uma possível equidade entre alunos de escola pública e privada, “Esse é o fio da navalha que se impõe não só nas demandas de cada sociedade a respeito de suas interrogações postas para o passado, mas também na compreensão de que a experiência humana em cada tempo presente modula os modos de se conhecer e pesquisar o passado.” (p.02) Pensar nos livros didáticos desta forma é de fato trazer a responsabilidade que se impõe nas escolhas destes para fazerem parte de nossa escola. “Ter em conta tal compreensão como um ponto de partida epistêmico é decisivo para refletirmos sobre as tentativas de modelagem estabelecidas no movimento temporal e no “aqui e agora,” no qual os conteúdos escolares se apresentam submetidos ao calor do debate público que incide sobre os limites e potencialidades da escola” (p.02).

As mudanças apresentadas com a nova BNCC interferem diretamente na vida dos professores e alunos, diante de diversos desafios que estão por vir, os livros didáticos deveriam estar contribuindo como suporte para a implantação deste novo modelo educacional, onde estaremos priorizando as habilidades e competências ao objeto de conhecimento. Seleccionamos para tratar aqui cinco coleções disponibilizadas na Rede Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, houve outras coleções, porém, não trataremos delas, os livros estão com a nova proposta sendo coleções de seis livros, separados por eixos temáticos, contemplando os quatro componentes curriculares de CHSA. Foi realizada a análise nestes livros didáticos com o foco nos componentes de Filosofia e Sociologia. As cinco coleções são: **MULTIVERSOS CIÊNCIAS HUMANAS** FTD, 2020, **PRISMA CIÊNCIAS HUMANAS** FTD, 2020, **CONTEXTO E AÇÃO** Scipione, 2020, **DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS** Ática, 2020 e **HUMANITAS** Saraiva Educação, 2020.

Todas as coleções referidas apresentaram deficiências desde os eixos temáticos inexistentes, parciais ou tendo um e não outros. Na etapa final do Ensino Médio temos três anos de duração, o ensino é organizado em 1º ano do EM; 2º ano do EM; 3º ano do EM, nesta organização o CRMS disponibiliza como orientação a ser desenvolvida a Competência, Habilidade, Objeto de Conhecimento e uma sugestão de aplicação metodológica. O primeiro desafio a ser observado pelo docente é que no 1º ano do EM, temos duas competências a serem desenvolvidas, com dois eixos temáticos (Tempo e Espaço; Território e Fronteira) e sete objetos de conhecimento, os livros que apresentam esses eixos são as coleções Multiverso e Humanitas, os objetos de conhecimento estão parcialmente presentes em todas as cinco coleções, porém não se encontram na maior parte dos sumários, sendo necessário que o docente faça uma busca mais aprofundada no material e por diversas vezes em mais de um dos livros. No CRMS, não existe orientação sobre em quais bimestres se deve tratar cada Objeto de conhecimento, entretanto sabemos que determinado assunto só pode ser tratado após uma introdução básica ao conhecimento precedente, os componentes curriculares de Filosofia e Sociologia estão dissolvidos dentre os textos e materiais ofertados nestas coleções, em algumas o objeto de conhecimento só foi identificado utilizando o material digital e a ferramenta de busca por palavras chave. No 2º ano do EM, a organização curricular no documento se apresenta com duas competências específicas, dois eixos temáticos (Território e

Fronteira; Indivíduo, Sociedade e Natureza) e onze objetos de conhecimento, nesta etapa do EM também identificamos a falta parcial ou total dos eixos temáticos em algumas coleções. No 3º ano do EM, apresentam-se três competências específicas, dois eixos temáticos e treze objetos de conhecimento, todas as coleções apresentam as mesmas deficiências.

Considerando as informações apresentadas, o docente para dar conta de ministrar os objetos de conhecimento terá que considerar outros bancos de dados para compor o conteúdo a ser tratado em suas aulas, o livro didático que deveria dar suporte ao docente e corroborar com o processo de ensino e aprendizagem não atende as necessidades a que se propõe com os componentes curriculares de Filosofia e Sociologia. O que nos leva a considerar a dissolução dos componentes curriculares de Filosofia e Sociologia nestas coleções, a apresentação dos livros didáticos nos propicia uma disposição de materiais diversos, onde conversam com as quatro áreas das CHSA de forma rasa, com matérias de jornais, revistas e recortes de livros curtos, com sugestões de metodologias com trabalhos que devem ser orientados pelos professores, entretanto parece que o objetivo era este mesmo, tornar os componentes curriculares próximos dos alunos. A proximidade dos componentes curriculares as vivências cotidianas não necessariamente precisa dessa distorção do que é a Filosofia e a Sociologia, o uso de materiais atuais pode ser sim uma ferramenta que o docente possui para demonstrar a aplicabilidade das teorias e das referências por eles levantadas em uma aula, entretanto quando ceifamos dos componentes curriculares as suas especificidades, suas metodologias específicas e suas características particulares estamos realizando o caminho contrario do que a escola se faz necessária na vida dos estudantes. A proposta da nova BNCC é o desenvolvimento das competências e das habilidades, para que os sujeitos estejam preparados para uma vida em sociedade com independência intelectual, social e emocional, mas como se proporciona tal progresso ao aluno negando a ele o que lhe é de direito o saber.

O livro didático deve cumprir o seu papel de oferecer o suporte necessário para o docente e o discente em sala de aula, da forma como as coleções mencionadas estão dispostas isso não acontece e pelo contrário prejudica ambas as partes. Um docente que seleciona o objeto de conhecimento para trabalhar as competências e as habilidades dos alunos de determinado ano do Ensino Médio e precisa verificar na coleção toda onde esse objeto se encontra, em diversos casos está em mais de um volume ou um aluno que precisa levar os seis

---

volumes da coleção para a escola, pois, os professores de CHSA estão utilizando o material de mais de um volume ao mesmo tempo. A inviabilidade do uso deste material e a metodologia sugerida no CRMS, não se fazem condizentes.

## 6 CONCLUSÃO

A BNCC do ensino médio, tais como a da educação infantil e a do ensino fundamental, aprovada em 2017, tem problemas de legitimidade, pois não foi fruto de debate coletivo ou de consulta a entidades especializadas, do mesmo modo como ocorreu a *reforma* do ensino médio, que foi originada de uma MP aprovada a toque de caixa, atropelando esforços e desconhecendo totalmente diversos segmentos da sociedade brasileira interessados na temática, como fica evidenciado pela fala contraditória do ministro da Educação à época, Mendonça Filho, que assim se expressou sobre a elaboração da BNCC.

A BNCC é um documento plural e contemporâneo, resultado de um trabalho coletivo inspirado nas mais avançadas experiências do mundo. Em primeiro lugar, o documento foi elaborado por especialistas. Segundo, não é novidade que a BNCC tem como referência políticas curriculares avaliadas negativamente por pesquisadores da área da educação de países como Estados Unidos, Austrália, Chile e Reino Unido, por serem relevantes indutores da privatização da educação, conforme mencionamos.

Desta forma, vemos que o planejamento realizado pelo professor norteia todo o seu trabalho, desde a elaboração das intenções do que realizar até a flexibilização das ações que devem ser atualizadas no decorrer do processo, uma vez que um planejamento para um determinado ano escolar pode ser realizado em mais de uma turma. Mas estas por possuírem características próprias de um grupo de sujeitos, o mesmo pode sofrer variações nas suas ações que é decorrente do processo de execução em sala de aula, por isso a constante atualização e revisão do planejamento. O planejamento por ser o ato pedagógico em si realizado pelo professor para execução do seu trabalho em sala de aula, na qual ele se utiliza de variados recursos para desenvolvê-lo, é um trabalho que exige conhecimento amplo de metodologias específicas para o ensino de determinados conteúdos e atividades. Com isso, apresentaram-se os pontos controversos quanto a BNCC e a sua aplicabilidade para o ensino

das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Uma educação brasileira que tem como proposta o desenvolvimento integral dos sujeitos, deve priorizar a democracia não somente na administração, mas também na aplicação e aceitação da nova BNCC, o que não ocorreu. A mudança na escola pública pode optar por uma educação mais dialógica, onde aproxima os alunos do conhecimento científico, do fazer ciência, da pesquisa e também da produção do conhecimento. As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas não podem nos eixos temáticos onde a particularidade de cada componente curricular perde as suas características.

Os livros didáticos oferecidos que se adequam a nova BNCC, abordam os conteúdos de forma generalizada e pouco metodológica (não identifica em seu escopo o que seriam os objetos de conhecimento das CHSA, e/ou informações jornalísticas) em razão dos valores e percepções particulares das áreas do conhecimento, a Filosofia não vê ou analisa determinado fenômeno como outras áreas, mesmo que essas áreas sejam da mesma grande área do saber como a Sociologia, partindo do mesmo princípio em que Geografia e História percebem os acontecimentos de forma diferente uma da outra. Sugere-se com esta pesquisa uma discussão aprofundada sobre o modelo de transversalidade proposto e as mudanças na aquisição dos materiais apresentados, pois os mesmos aparentam dissolver os componentes curriculares de Filosofia e Sociologia, dadas as características observadas de uma apresentação fragmentada e/ou inexistente dos objetos de conhecimento.

Assim, para que possamos dar voz a nova BNCC, e as aquisições dos livros didáticos para o ensino das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, será necessário que haja uma discussão mais abrangente sobre esse assunto, uma revisão no material que foi enviado para as escolas, a adequação e o aprofundamento nas novas metodologias de aplicação dos objetos de conhecimento, visto que a imposição desta mudança tem preocupado a comunidade educacional e acadêmica, a necessidade de mudanças na educação que sejam consideráveis e possam trazer benefícios à sociedade em geral e não somente uma pequena parcela dela. A educação em escolas públicas é um direito do povo brasileiro e um dever do Estado.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. MIRANDA, Sonia Regina. **Passado, Presente e Futuro dos Livros Didáticos de História Frente a uma BNCC sem Futuro.**

Composição, Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. ISSN: 1983-3784. v 3, n 27 - jul-dez 2022. p. 19-37. Doi: <https://doi.org/10.36066/compcs.v3i27.15424>

<<https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1364>> Acesso em: 02 de Nov. 2021.

BARBOSA, Paulo Henrique. **O Papel da Filosofia na Formação Humana: O Silenciamento da Filosofia no Contexto da Nova BNCC**. Disponível em: <<http://periodicos.cefaprorondonopolis.com.br/index.php/semfor/article/view/148>> Acesso em: 05 de Dez de 2021.

BOULOS A. J., SILVA E. A. C e FURQUIM L. J. **MULTIVERSOS CIÊNCIAS HUMANAS**, ciências humanas : globalização, tempo e espaço : ensino médio /1. ed. -- São Paulo : FTD, 2020.

BRASIL. Governo Federal. **Base Nacional Comum Curricular: Fundamentos Pedagógicos e Estrutura Geral da BNCC: versão 3**, Brasília, 2017a. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2021.

CARVALHO, José Sergio Fonseca de. **Educação uma herança sem testamento: diálogos com o pensamento de Hannah Arendt**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

**CONTEXTO E AÇÃO** (Contexto e Ação: Grandes Transformações / Igor José de Renó Machado... [et al.] -- 1. ed. -- São Paulo: Scipione, 2020. Outros autores: Henrique Amorim, Fabiana Sanches Grecco, Leandro Galastri, Cassiano Terra Rodrigues, Glaydson José da Silva. Suplementado pelo manual do professor.)

**Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: educação infantil e ensino fundamental / Organizadores Hélio Queiroz Daher; Kalícia de Brito França; Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral**. Campo Grande : SED, 2019. (Série Currículo de Referência; 1).

**DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS** (Vicentino, Claudio. Dialogo em Ciências Humanas: Compreender o Mundo / Claudio Vicentino, Eduardo Campos, Eustáquio de Sene. -- 1. ed. -- São Paulo: Ática, 2020. Suplementado pelo manual do professor.)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Ed.:69- Rio de Janeiro- RJ: Paz e Terra, 1996.

HEUSER, Ester Maria Dreher. **Políticas de Obliteração do Ensino de Filosofia: Uma Narrativa Sobre Escombros Filosóficos.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/67493>> Acesso em: 02 de Jan. 2022.

**HUMANITAS** (Vainfas, Ronaldo. Humanitas.doc: Tempo e Espaço / Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira. -- 1. ed. -- São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Suplementado pelo manual do professor.

MACEDO, E. “**A base é a base**”. **E o currículo o que é?** In: AGUIAR, M. A. da S.; DOURADO, L. F. (orgs.) A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Recife: Anpae, 2018. p. 28-33.

MÈSZÁROS, I. **A educação para além do capital. In: O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2017, p. 195-224.

**PRISMA CIENCIAS HUMANAS** (Prisma: ciências humanas : mundo do trabalho : indivíduo e sociedade : ensino médio / Maria Angela Gomez Rama ... [et al.]. – 1. ed. – São Paulo : FTD, 2020. Área do conhecimento : Ciências humanas e sociais aplicadas Vários autores : Gislane Campos Azevedo Seriacopi, Isabela Gorgatti Cruz, Leandro Calbente Câmara, Reinaldo Seriacopi.

Rippel, Valderice Cecília Limberger, Ademir Batista, and Marcos Roberto Mesquita. **"DIRETRIZES CURRICULARES DA SOCIOLOGIA: ÊNFASE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO PARANÁ."** *Tempo da Ciência*: 101.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012.

SAVIANI, Demerval. **Filosofia da educação brasileira**, Ed.: 5, Rio de Janeiro- RJ: Civilização Brasileira, 1994.